



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

12 DE NOVEMBRO  
PALÁCIO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA XIV ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA

Senhores Chanceleres,  
Senhores Delegados,  
Senhor Secretário-Geral:

Em nome do Governo e do povo brasileiro, saúdo cordialmente os eminentes representantes das nações americanas que se congregam em Brasília, para o Décimo-Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

É especialmente grato e significativo para todos os brasileiros que a Assembléia-Geral da OEA, principal instância política da região, esteja reunida em nossa Capital, erguida sob o signo da esperança.

Ao oferecer Brasília como sede para a presente reunião, desejávamos simbolizar a prioridade que meu governo tem dado às suas relações com os países do Continente, a que nos unem laços indestrutíveis de amizade.

Desejávamos ainda reafirmar nossa comum dedicação aos ideais de progresso e de paz que irmanam os povos americanos, assim como nossa confiança em que a Organização regional saberá encontrar caminhos que a habilitem a enfrentar os desafios hoje antepostos ao nosso Continente.

Há quase um século, lançaram as nações americanas as sementes do que veio a ser esta Organização. Davam, assim, expressão a sonhos que vinham do Libertador Simón Bolívar e de outros próceres do alvorecer da vida independente de tantos Estados-Membros. Ao longo dos tempos, não esmoreceram nossos povos e governos na luta pela concretização dos ideais pan-americanos.

Referimo-me especificamente à busca da paz e da segurança internacional; à observância do direito, ao respeito à soberania e independência dos Estados e aos princípios da boa-fé, cooperação e solidariedade entre as nações.

Refiro-me ainda ao compromisso com o exercício efetivo da democracia representativa, compromisso que se origina na história de cada um de nossos países e que a cada um de nossos povos cabe interpretar e expressar.

Penso também na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, bem como no respeito à personalidade cultural de cada uma das nações americanas.

Esses ideais, desenvolvidos em sucessivas conferências interamericanas, influenciaram, de forma notável, a criação das Nações Unidas e moldaram, em 1948, a Carta da OEA.

O Brasil participou ativamente de todas as fases desse processo de construção normativa com vistas ao convívio harmonioso e equitativo entre Estados ricos e

pobres, fortes e fracos, mas todos igualmente soberanos. Orgulhamo-nos de que esse processo tenha culminado na aceitação unânime e inequívoca do princípio da não-intervenção e do dispositivo que, em nossa Carta, veda quaisquer atos de agressão, abertos ou sub-reptícios.

Sob essa inspiração a política exterior do Brasil sempre cuidou de contribuir para a convergência dos interesses dos países americanos, impulsionando iniciativas destinadas a superar problemas e a permitir o estreitamento dos laços que unem o Continente.

Estamos convencidos de que os ideais de cooperação devem e podem prevalecer no Hemisfério, sem que se confira a qualquer governo ou à própria Organização regional o direito de atuar na esfera exclusiva da soberania nacional de cada Estado-Membro. O Brasil recusa-se a admitir a ingerência nos assuntos internos de qualquer Estado. Acreditamos que o diálogo entre os governos, com base na adesão aos princípios compartilhados, serve eficazmente aos anseios de progresso social e material dos povos e produz os melhores frutos.

Dispomos de instrumentos dirigidos à solução pacífica das controvérsias. Depende de nós a utilização apropriada e oportuna desses mecanismos, respeitadas as regras de justiça e de direito sobre as quais se alicerça a convivência internacional.

É com inteira propriedade que a Carta de nossa Organização institui para os Estados-Membros o compromisso de convir em procedimentos pacíficos para a solução de qualquer controvérsia e arrola os mecanismos consagrados pelo Direito Internacional.

Estão em curso sérios esforços de mediação e pacificação para pôr fim à presente crise na América Central. Tais iniciativas, conduzidas principalmente pelos

países do Grupo de Contadora, encontram respaldo na letra e no espírito da Carta e merecem o decidido apoio da comunidade interamericana. Ao utilizarmos os mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos em nossa Carta estamos demonstrando confiança na vitalidade e na importância do sistema interamericano e da própria OEA.

O Governo brasileiro estima que esses esforços devam prosseguir com o apoio de todas as nações americanas, e confia em que suas perspectivas de êxito tornem desnecessário encaminhá-los às instâncias formais de nossa Organização. Para que possa alcançar resultados duradouros, esse processo político não deve comportar automatismos. Os esforços de negociação devem continuar e dirigir-se aos focos de intranquilidade e às suas causas mais profundas, originárias de desequilíbrios estruturais nos planos interno e externo. Na opinião do Brasil, o êxito dessas negociações dependerá da integral observância dos princípios da autodeterminação dos povos, soberania dos Estados, respeito mútuo e convivência democrática.

Por mais prementes, no entanto, que sejam os problemas da conjuntura, não podemos poupar esforços para estimular o exame e a solução de questões vitais para os países do Continente, como a da promoção do desenvolvimento e a do estabelecimento de uma ordem econômica mais justa e estável.

Nossa Organização revelou extraordinária lucidez histórica ao fazer com que o relacionamento interamericano incluísse formas efetivas de cooperação no campo econômico-social. Ganham, assim, nova e valiosa dimensão as tradicionais preocupações do sistema interamericano com a justiça, a liberdade e a paz. A reforma da Carta, materializada no Protocolo de Buenos Aires,

refletiu a consciência dos governos deste Hemisfério de que as desigualdades e os desequilíbrios de nossas estruturas sócio-econômicas são responsáveis principais pela instabilidade política, e de que as insatisfações e inquietações das nações americanas traduzem a necessidade do estabelecimento de uma sociedade mais justa e humana.

Nos últimos anos, os problemas econômicos da região acumularam-se e deterioraram-se perigosamente, causando a reversão dos níveis de desenvolvimento que alcançávamos com grande esforço. Considero insustentável a exacerbação do custo da dívida externa dos países em desenvolvimento, membros desta Organização. Até agora não foram adotadas, no plano internacional, soluções adequadas a longo prazo, para um problema que põe em risco as mais lúdimas aspirações de nossos povos. Em que pesem nossos esforços, não temos recebido, dos países credores, propostas capazes de absorver a complexidade desses problemas e de atender o mal maior do subdesenvolvimento.

Há que reiterar nosso compromisso com a luta pelo desenvolvimento, não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de promoção da justiça social e do bem-estar de nossas populações.

Este é o desafio que a época nos coloca; para enfrentá-lo, contamos com a capacidade criadora de nossos povos e confiamos na cooperação internacional como instrumento para acelerar a superação das dificuldades que nos afligem.

O momento exige maiores e mais claras responsabilidades no plano da cooperação econômico-social, acima e além de critérios estreitos ou indefinidos que obstam, travam ou impedem o cumprimento de ideais com os quais nossas nações se comprometeram, de forma inequívoca e entusiástica.

Não pode nem deve ser subestimado o papel da OEA no cumprimento dos objetivos políticos e econômicos dos povos do Hemisfério. A cooperação regional deve servir de estímulo para que cada um de nossos países encontre sua maneira própria e independente de afirmação nacional.

Outro não tem sido o ânimo da política externa do Brasil, com projeção do esforço interno de democratização e desenvolvimento. No meu governo, empreendemos ação permanente para intensificar e aprofundar os contactos com as nações do Hemisfério. Realizei visitas oficiais a muitas das nações aqui representadas, assim como tive a honra de receber muitos Chefes-de-Estado americanos.

Estimulamos os encontros regionais sobre dívida externa, tema que a justo título ganhou prioridade em nossa agenda diplomática.

Apesar da modéstia de nossos meios, incentivamos todas as formas de cooperação pacífica. Demonstramos, com a construção da usina de ITAIPU e a celebração do Acordo Tripartite sobre ITAIPU e CORPUS, que o potencial econômico de nossos países pode ser utilizado plenamente para o desenvolvimento de nossos povos.

A diplomacia brasileira procura gerar confiança recíproca e estimula consulta freqüente e informal. Favorecemos um diálogo interamericano mais maduro e consciente, por que fundado nas novas realidades do Hemisfério e do Mundo.

A assimetria desse diálogo — no qual cabem a uma das Partes os ônus e as vantagens de seu *status* de superpotência — não diminui sua validade, sobretudo nos momentos em que o sistema interamericano sofre graves fraturas.

Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

O sistema interamericano, malgrado as insuficiências e as crises, guarda sua capacidade potencial de harmonizar posições, conciliar interesses, aplainar obstáculos e superar impasses, no intuito de manter relações que afastem as manifestações de poder, hegemonia e confronto.

Permanece inalterável nossa disposição de responder às crises fazendo uso do patrimônio jurídico-político que esta Organização representa. A História e as gerações futuras fariam de nós julgamento severo se, em razão de circunstâncias momentâneas, olvidássemos os preceitos basilares desta Organização e as normas de direito que moldam seus vários instrumentos.

Em meio às apreensões que as crises recentes suscitaram, a comunidade interamericana conduziu, com expressiva unanimidade, um brasileiro, o Embaixador João Clemente Baena Soares, às altas funções de Secretário-Geral da Organização. Desejo expressar nosso profundo reconhecimento pelo gesto da comunidade regional a que pertencemos.

Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

O momento que vivemos requer constância, fidelidade e inabalável adesão às causas da paz, desenvolvimento e cooperação no Continente. Juntos, com ânimo construtivo, nos dedicamos ao progresso e bem-estar de nossos povos. Em condições de justiça social, igualdade soberana e respeito mútuo, cada um de nossos países deve contribuir, com a riqueza e variedade de sua experiência, para afastar tensões e conflitos e para enfrentar de forma solidária os problemas do Continente.

Declaro abertos os trabalhos do XIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.